

Especial

Autonomia reprodutiva

Na área reprodutiva, Elizabeth Nadler encontrou outras limitações na possibilidade de decidir o próprio destino. “Quando estava grávida do meu último filho, o doutor indicou que eu perguntasse para meu marido se ele queria que eu parasse de ter filhos. Disse que ele não ia gostar da ideia, então o médico me deu uma ideia de ‘usar a desculpa’ de que uma possível futura gravidez seria perigosa. Assim, meu marido deu o ok, e eu fiz a cirurgia logo após o nascimento do meu filho”, lembra.

Recentemente, houve uma mudança que alterou diretamente a experiência relatada por Elizabeth. A Lei nº 14.443, de 2022, entrou em vigor em março de 2023 e retirou a exigência de consentimento do cônjuge para a realização de laqueadura e vasectomia. A legislação reduziu para 21 anos a idade mínima para a esterilização voluntária, mantendo a possibilidade para quem tem pelo menos dois filhos vivos, independentemente da idade. Também estabeleceu prazo mínimo de 60 dias entre a manifestação da vontade e o procedimento.

A ginecologista e obstetra Fernanda Torino explica que a legislação precisa ser observada pelos serviços de saúde, o que pode tornar o acesso mais lento, dependendo da estrutura disponível. Para ela, as mulheres devem receber informações e orientação para tomar decisões conscientes, sem julgamento. “Essas mulheres não devem ser julgadas, e, sim, orientadas, informadas e, a partir disso, tomarem suas decisões de forma esclarecida.”

A médica destaca que o arrependimento após a laqueadura é um aspecto que precisa ser discutido durante o aconselhamento. Segundo ela, estimativas apontam que entre 10% e 11% das mulheres se arrependem do procedimento, com índices maiores entre as mais jovens. A informação, ressalta, deve servir para orientar, não para retirar a autonomia de quem deseja realizar a cirurgia. “Os serviços de saúde precisam levar acolhimento e informação para as mulheres e, ao mesmo tempo, respeitar as leis vigentes no país. Essa mudança na lei da laqueadura em 2023 é um passo em direção ao respeito à autonomia de cada mulher”, avalia.

Edna Pereira considera que as mulheres devem continuar lutando para conquistar o próprio espaço



Anos depois, já viúva, Elizabeth relata ter tido maior liberdade para decidir sobre o próprio corpo. A experiência ajuda a dimensionar como a autorização masculina, formal ou informal, atravessava decisões pessoais e médicas. Para ela, a desigualdade também permanece na divisão das tarefas domésticas. “É uma injustiça a mulher ganhar menos que os homens, porque trabalham igualmente e, às vezes, têm até mais formação e sabedoria e não ganham o mesmo. Homem não faz nada quando chega em casa. As mulheres trabalham mais com a família e os filhos e ainda ganham menos”, afirma.

Quando a independência era uma necessidade

A história de Edna dos Santos Pereira, 86 anos, mostra que a autonomia também foi construída em circunstâncias difíceis. Nascida em Boca do Acre, no Amazonas, ela votou pela primeira vez em 1960, quando trabalhava como professora normalista. Em uma cidade pequena, a profissão lhe garantia reconhecimento social. Ela conta que era convidada para

eventos e até para discursar em comícios. “Na época em que eu comecei a votar, sentia que a minha voz era igual à dos homens, porque eles me convidavam até para fazer discurso nos comícios. Então, já me sentia valorizada”, recorda.

A percepção de igualdade, porém, não impediu que Edna enfrentasse barreiras por ser mulher. Ela conta que queria se candidatar a vereadora, mas os homens da cidade não aceitaram a ideia, alegando que uma mulher não teria espaço na Câmara Municipal.

A experiência revela uma contradição: mesmo quando conquistavam reconhecimento profissional e participavam da vida pública, as mulheres ainda encontravam resistência para ocupar espaços de poder. E, desde esse período, Edna observa a presença dos homens nos espaços de decisão e defende que mais mulheres ocupem cadeiras no Congresso Nacional. “Ainda estão lutando. Ainda falta muita coisa”, resume.

Em 1989, Edna ficou viúva. A perda do marido trouxe dificuldades emocionais e financeiras, além de expor a dependência que determinadas estruturas sociais criavam em relação aos homens. Ela conta que